

**Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais  
(CPDOC/FGV)**

Mestrado e doutorado Acadêmico

Disciplina: Instituições Políticas Brasileiras

Professor: Márcio Grijó Vilarouca

Horário: 14h – 18h (2ª feira)

Créditos: 4 / 60h

**1. Ementa**

A disciplina procurará fornecer uma visão abrangente de algumas instituições fundamentais do sistema político brasileiro, com o objetivo de investigar seu impacto sobre os padrões de relacionamento entre os poderes. O curso terá um módulo inicial com a apresentação de modelos (institucionais) comparados de democracia. Após uma rápida introdução do período inaugurado com a Constituição de 1946 e interrompido pelo golpe de 64, voltaremos nosso foco para as virtudes e deficiências do sistema proporcional de lista aberta e as tendências evolutivas do sistema partidário brasileiro. Em seguida, analisaremos o funcionamento e a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, concluindo com uma breve discussão sobre o Supremo Tribunal Federal.

**2. Objetivos da disciplina**

O objetivo do curso é apresentar aos alunos as dinâmicas gerais e o processo decisório das principais instituições políticas brasileiras. A ênfase do curso será dada às seguintes instituições: o sistema eleitoral, o sistema partidário, relação executivo/legislativo, a federação e o Supremo Tribunal Federal. Ao final do curso, espera-se que o(a) aluno(a) seja capaz de compreender/analisar as complexidades do funcionamento do sistema político e de elaborar um diagnóstico próprio sobre as recorrentes propostas de reforma política.

### 3. Critérios de avaliação

A avaliação consistirá da participação em sala de aula (10%), da apresentação de seminário (10%) e de um ensaio ao final da disciplina (80%).

### 4. Cronograma e bibliografia do curso (provisória)

Aula	BIBLIOGRAFIA	TEMA
1	Apresentação do curso	
2	<p>IMMERGUT, Ellen. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suécia e na Suíça. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 30, 1996<sup>a</sup>. pp. 139-65.</p> <p>CINTRA, Octavio (2007), "Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições?" In Cintra &amp; Avelar. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. pp. 35-56.</p> <p>Nicolau, Jairo (2012), Sistemas eleitorais. Editora FGV</p> <p>LIJPHART, Arend, Modelos de democracia. Desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p>	Estudos comparados sobre instituições
3	<p>FIGUEIREDO, Argelina (1993). Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política. Paz e Terra.</p> <p>SANTOS, Wanderley Guilherme. O Cálculo do Conflito: Estabilidade e Crise na Política Brasileira. Belo Horizonte, Editora UFMG.</p>	A crise política na sociedade e no parlamento e o golpe de 64
4	<p>SOUZA, M. C. C. (1976). Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). Cap. III.</p> <p>SOARES, Gláucio Ary Dillon (2001), A democracia interrompida. Rio de Janeiro, Editora FGV. Cap. 4 e 5</p> <p>LAVAREDA, A. (1991). A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio Fundo/IUPERJ.</p>	Sistema partidário e partidos políticos no período

	LIMA Jr., Olavo Brasil (1983). Os partidos políticos brasileiros – a experiência federal e regional: 1945-1964. Ed. Graal.	1946-64
5	<p>ABRANCHES, Sérgio H. H. (1988), “O presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro”. Dados 31(1): 5-33.</p> <p>MAINWARING, Scott (2001), Sistemas Partidários em Novas Democracias: O Caso do Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV.</p> <p>AMES, Barry. 2003. Os Entraves da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV</p>	Visões pessimistas do sistema político no pós-redemocratização: O presidencialismo de coalizão e fragmentação partidária.
6	<p>NICOLAU, Jairo M. (1996), Multipartidarismo e Democracia. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora. Cap. 3. “Os efeitos do sistema eleitoral sobre o sistema partidário no Brasil”. pp. 42-62.</p> <p>KLEIN, Cristian (2007), O desafio da reforma política. Consequências dos sistemas eleitorais de lista aberta e fechada. Rio de Janeiro, Mauad X. cap. 2.</p> <p>Nicolau, Jairo (2002), “Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil.” Dados, vol.45, n. 2, p.219-236.</p>	Sistema eleitoral proporcional de lista aberta
7	<p>MELO, Carlos Ranulfo. 2010. “Eleições Presidenciais, Jogos Aninhados e Sistema Partidário no Brasil”, Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4.</p> <p>MELO, C. R. e CÂMARA, Rafael. 2012. “Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil”, Revista Dados, 55 (1).</p> <p>ZUCCO, Cesar. “Estabilidad Sin Raíces: La Institucionalización del Sistema de Partidos Brasileño”. In: Torcal, Mariano (org.), Los problemas de la institucionalización de los sistemas de partidos en América Latina. Barcelona: CIDOB. No prelo.</p>	Tendências do sistema partidário brasileiro
8	PASQUARELLI, B. e BIZZARRO NETO, F. (2012). “O PMDB no centro do sistema político	

	<p>brasileiro”. 80 Encontro da ABCP.</p> <p>HUNTER, Wendy (2008), “Partido dos trabalhadores: Still a party of the left?” In: Timothy Power; Peter Kingstone. (Org.). Democratic Brazil Revisited. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, p. 15-32.</p> <p>ROMA, Celso (2002), A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. RBCS Vol. 17 n° 49, junho, p. 71-92.</p> <p>RIBEIRO, Ricardo (2012). Decadência longe do poder. Refundação e crise do PFL. Apresentado no II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP.</p>	<p>Estudos de caso sobre partidos brasileiros: PMDB, PT, PSDB e PFL/DEM</p>
9	<p>FIGUEIREDO, A. &amp; LIMONGI, F. (1999), Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Editora da FGV/Fapesp. Capítulo 1 e 2.</p> <p>RAILE, Eric; PEREIRA, Carlos e POWER, Timothy. 2011. “The Executive Toolbox: Building Legislative Support in Multiparty Presidential Regime”. PoliticalResearchQuarterly, 64(2): 323-334.</p> <p>PEREIRA, C; POWER, T e RENNÓ. Presidentes, poder de agenda e as consequências imprevistas da reforma das medidas provisórias. In Jairo Nicolau e Timothy Power (orgs). Instituições representativas no Brasil. Balanço e reformas. Belo horizonte, Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.</p>	<p>Relações Executivo - Legislativo no pós-88 – Os poderes de agenda do presidente</p>
10	<p>PEREIRA, Carlos &amp; MELO, André. (2013) “The unexpected success of multiparty presidential regimes”. In Making Brazil Work. Checking the president in a multiparty system. Cap. 1, pp. 1-22.</p> <p>PEREIRA, Carlos &amp; MELO, André. (2013) “The politics of coalition management”. In Making Brazil Work. Checking the president in a multiparty system. Cap. 3, pp. 51-68.</p> <p>FIGUEIREDO, Argelina. 2007. “Coalition Government in Brazilian Democracy”, Brazilian Political Science Review, 1(2): 182-216.</p> <p>CALVO, Ernesto, GUARNIERI, Fernando e LIMONGI, Fernando. 2015. “Why Coalitions? Party System Fragmentation, Small Party Bias, and Preferential Vote in Brazil”.</p>	<p>Relações Executivo - Legislativo no pós-88 – A gestão das coalizões parlamentares</p>

	<p>Electoral Studies, 39: 219-229.</p> <p>RENNÓ, Lucio. Críticas ao presidencialismo de coalizão. Processos institucionalmente constritor ou individualmente dirigidos? In Reforma Política no Brasil</p>	
11	<p>LEMOS, Leany Barreiro [Org.] (2008), O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008.</p> <p>SANTOS, F. A moeda e o poder legislativo no Brasil. Um estudo de prestação de contas de Bancos centrais no presidencialismo de coalizção. In: Santos. F. O poder legislativo no presidencialismo de coalizção. UFMG; IUPERJ. Cap. 6.</p> <p>LEMOS, Leany Barreiro. O controle legislativo no Brasil pós-88. In Nicolau, Jairo e Power Thimoty (orgs). Instituições representativas no Brasil. Balanço e reformas. Belo horizonte, Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007</p> <p>AMORIM NETO, O e SANTOS, F. A produção legislativa do Congresso. Entre a paróquia e a nação. In Luiz Werneck Vianna (Org.) A democracia e os três poderes no Brasil. Humanitas, Belo horizonte, Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002</p>	O Legislativo
12	<p>SANTOS, F. (org.) O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência.</p> <p>ARRETCHE, M. (2012), Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Fiocruz/Editora da FGV.</p>	Federalismo e Assembleias legislativas
13	<p>BRESSER-PEREIRA, L. C (2014), A construção política do Brasil. <i>S.Paulo: Editora 34, 464 p.</i></p> <p>SINGER, André (2012), Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. Companhia das Letras, 280 p.</p>	Interpretações do Brasil: Para onde vamos?
14	<p>MELO, M. &amp; PEREIRA, C. (2013), Making Brazil Work. Checking the president in a multiparty system. PalgraveMacmillan US.</p>	Interpretações do Brasil: Para onde vamos?
15	<p>OLIVEIRA, Fabiana Luci de (2012), Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: coalizões e "panelinhas". Revista de Sociologia Política, vol. 20, n.44. Curitiba.</p> <p>OLIVEIRA, Fabiana. 2010. "Supremo relator:</p>	Judicializaçã

	<p>processo decisório e mudanças na composição do STF nos governos FHC e Lula”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 27(80): 89-115.</p> <p>OLIVEIRA, Vanessa Elias de. 2005. “Judiciário e Privatizações no Brasil: existe uma judicialização da política?”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, 48(3): 559-587.</p>	<p>o da política e a politização do judiciário</p>
16	<p>PALERMO, Vicente (2000), “Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo”. Dados [online]. 2000, vol.43, n.3, pp. 521-557.</p> <p>SANTOS, Fabiano; VILAROUCA, Marcio Grijó (2008), “Political Institutions and Governability from FHC to Lula”. In: Timothy Power; Peter Kingstone. (Org.). Democratic Brazil Revisited. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, p. 57-80.</p>	<p>Debate sobre a (in)governabilidade</p>